

DECLARAÇÃO cumprimento de requisitos normativos

A empresa JUARES LIMAS DOS SANTOS (DENTAL NOBRE), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no sob o CNPJ nº 12.991.532/0001-17, sediada na Rua/Av. MANDACARU nº 4066, Bairro JARDIM MONTE REI, Cidade MARINGÁ - Estado PARANÁ, CEP. 87.083-673, neste ato representada pela PROCURADORA LEGAL DAUANA DA PAZ SILVA, brasileiro(a), solteira, portador(a) do RG 104643094, IIPR e inscrito no CPF/MF nº 079.030.399-32, DECLARA, que não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando:

1.0 - DECLARAÇÃO de ciência dos termos do Edital. O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos.

2.0 - DECLARAÇÃO de inexistir fato impeditivo. O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que inexistente até a presente data fato impeditivo no que diz respeito à habilitação/participação na presente licitação, estando ciente da obrigatoriedade de informar ocorrências posteriores.

3.0 - DECLARAÇÃO de não possuir no quadro societário servidor da ativa do órgão. O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro societário e de funcionários, qualquer servidor efetivo ou comissionado ou empregado do Fundo Municipal de Saúde de João Alfredo, como também em nenhum outro órgão ou entidade a ele vinculada, exercendo funções técnicas, gerenciais, comerciais, administrativas ou societárias.

4.0 - DECLARAÇÃO de não utilizar trabalho degradante ou forçado. O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que não possui em sua cadeia produtiva, nos termos do Art. 1º, Incisos III e IV, e do Art. 5º, Inciso III, da Constituição Federal, empregados executando trabalho degradante ou forçado.

5.0 - DECLARAÇÃO de cumprimento da reserva de cargo para deficiente e de acessibilidade. O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que está ciente do cumprimento da reserva de cargo prevista na norma vigente, consoante Art. 93, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionário da empresa, atende às regras de acessibilidade previstas.

6.0 - DECLARAÇÃO de observância do limite de contratação com a Administração Pública. O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que, na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, no presente ano-calendário, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP, nos termos do Art. 4º, §§ 2º e 3º, da Lei 14.133/21.

Maringá PR,. 10 de Junho de 2024

DAUANA DA PAZ SILVA
PROCURADOR
CPF: 07903029932



dauana.silva@maquira.com.br



(45) 99859-0650



Av. Mandacaru 4066, Jardim Monte Rei, Maringá -PR

CNPJ: 12.991.532/0001-17